

Intelectuais e Esfera Pública no Brasil: Ideias e prática política de Joaquim Nabuco

Intellectuals and the public sphere in Brazil: Ideas and political practice of Joaquim Nabuco

Maria Emilia Prado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0520-442X>

Resumo

O papel dos intelectuais na esfera pública tem sido objeto de estudos e debates realizados a partir de diversas perspectivas teóricas e historiográficas. Há, porém, certo consenso de que compete ao intelectual atuar criticamente no cenário político e social. Dessa forma, este texto objetiva apresentar a especificidade da atividade intelectual na América Latina, em especial o caso do Brasil, onde os intelectuais, para além de intervirem criticamente na esfera pública, atuavam também, ao longo dos séculos XIX e XX, como formuladores e executores de políticas públicas. Para exemplificar esta particularidade será objeto de análise algumas das ideias e prática política de Joaquim Nabuco, um dos líderes do movimento abolicionista.

Palavras-chave: intelectuais; esfera pública; política.

Abstract

The role of intellectuals in the public sphere has been the subject of studies and debates carried out from several different theoretical and historiographical perspectives. There is, however, some consensus that it is up to the intellectual to act critically in the political and social arena. Thus, this text aims to present the specificity of intellectual activity in Latin America, especially the case of Brazil, where intellectuals, in addition to intervening critically in the public sphere, also acted, throughout the 19th and 20th centuries, as formulators and executors of public policies. To illustrate this particularity, some of the ideas and political practice of Joaquim Nabuco, one of the leaders of the abolitionist movement, will be analyzed.

Keywords: intellectuals; public sphere; politics.

Muito já se escreveu a respeito da dificuldade em se conciliar o trabalho nos domínios das ideias e/ou da cultura com aquele desempenhado na esfera do político,

propriamente dito. Constituem os intelectuais um grupo à parte? De Julien Benda a Bobbio, Habermas, passando por Croce, Ortega y Gasset, Gramsci, Mannheim e Sartre, a temática suscita debates.

Entre a defesa da “torre de marfim” como lugar reservado ao intelectual e seu engajamento nas tarefas da operação política, debatem-se, há décadas, os próprios intelectuais quando dedicados à definição do seu lugar no mundo.

Para Habermas, os intelectuais não apenas interagem no espaço público, mas alimentam-se desse espaço e de forma mais constante colaboram para a configuração do espaço público, uma vez que são partes constitutivas da “esfera pública literária”¹. Os intelectuais, através de sua atividade, constroem a esfera pública literária e desempenham importantes tarefas enquanto formadores de opinião e, dessa forma, atuam como agentes de destaque na esfera pública.

A interpretação de Norberto Bobbio a respeito dos intelectuais caminha também nesta direção. Para ele, os intelectuais cumprem um papel decisivo enquanto formadores de opinião e atuam também como formuladores de políticas públicas².

Na Ibero-América, a atividade intelectual se pautou por parâmetros diversos. Ao longo do século XIX, dispunham os letrados de uma esfera pública reduzida, isto em decorrência de cenários político-sociais muitos dos quais construídos ainda na época colonial. Mas o fato é que o século XIX se caracterizou em muitos dos países ibero-americanos por analfabetismo de parte significativa da população, escravidão, economia agroexportadora, processos industriais incipientes, etc., o que levou a que poucos habitantes desses países tivessem acesso aos jornais, livros, revistas culturais. Dessa forma, os intelectuais falavam, escreviam e debatiam para um público leitor muito pequeno. Isto impossibilitou, por exemplo, que pudessem sobreviver dos ganhos na esfera pública literária.

Para além disso, há que se considerar que, ao longo do século XIX, havia necessidade de construção dos novos Estados Nacionais – da estrutura administrativa à configuração das formas e sistemas de poder. Em meio a este cenário, a questão nacional se apresentava como sendo um grande desafio: tratava-se de construir Estados Nacionais tendo por princípio teórico o Liberalismo, e por inspiração a experiência histórica de outros países (França e Inglaterra e/ou Estados Unidos), mas a partir de uma realidade social que guardava poucos vínculos com uma ordem liberal. Este cenário fez com que um pensamento político e social se desenvolvesse, tendo por temática central questões pertinentes ao liberalismo institucional.

¹ HABERMAS, Jürgen – *L' Espace Public. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.

² BOBBIO, Norberto – *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

As razões acima expostas possibilitaram aos intelectuais ibero-americanos, desde a primeira metade do século XIX (momento inicial de construção dos diferentes Estados Nacionais), conduzir seu trabalho no terreno das ideias e da cultura, de modo interligado à prática política. A vida intelectual se tornava, assim, o pretexto para que realizassem cruzadas leigas, cujo objetivo era a salvação de seus países. À figura do missionário, central no universo da cristandade, somar-se-ia a do herói, o homem capaz de grandes feitos em defesa de sua pátria, sua gente, seu país.

No Brasil, especialmente a partir de 1870, a “questão nacional” tornou-se tema crucial do debate e da ação dos intelectuais. E nesse sentido, é preciso ressaltar que muitos dos intelectuais que vivenciavam o que aqui denominamos “síndrome de salvação” tinham que se deparar com um paradoxo primordial: uma realidade social e política marcada pela concentração fundiária, escravidão, ordem senhorial e ethos católico.

O “bando de ideias novas”, denominação dada por Sílvio Romero³, inundou o Império do Brasil a partir dos finais de 1860, quando teve início a renovação. No Nordeste surgia a denominada *Escola do Recife*⁴, cujas figuras principais foram Sílvio Romero e Tobias Barreto. Tratava-se do reconhecimento de que a monarquia constitucional não servia ao crescimento do país. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim sua transformação, de modo a que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja, as mudanças técnicas, políticas e espirituais por que passavam alguns países da Europa. A “geração de 1870” foi então marcada ora pelo culturalismo da Escola do Recife, ora pelo positivismo, e vários integrantes se voltaram para o cientificismo.

A “geração de 1870” teve também entre seus membros os mais ardorosos defensores da forma republicana de governo. Os novos ventos que sopravam vinculavam de modo bastante estreito, ainda que não exclusivo, a ideia de progresso à república. A monarquia era vista como sinônima de centralização, escravidão, ruralismo, supremacia da Igreja; em uma palavra: atraso. A república era o governo da liberdade em toda sua extensão.

Os intelectuais eram, no entanto, fruto dessa mesma ordem e muitos não acreditavam ser necessário se rebelar, pois defendiam que a realidade podia ser alterada através da construção e aprimoramento das instituições políticas. Preocuparam-se, então, com a defesa de instituições que estivessem de acordo com os pressupostos

³ ROMERO, Sílvio – Discurso de saudação a Euclides da Cunha, no ato de sua posse na Academia Brasileira de Letras. In *Provocações e Debates*. Porto: Liv. Chardron, 1910, p. 359.

⁴ Sobre a Escola, ver: PAIM, Antonio – *A Filosofia da Escola do Recife*. 2.^a ed. São Paulo: Convívio, 1981.

do liberalismo político: voto, parlamento, unidade administrativa, pouca ou nenhuma ingerência do poder moderador, interação entre os três poderes do império.

Outros tantos intelectuais vislumbravam que as mudanças só poderiam se efetivar com a derrubada da monarquia e o estabelecimento da república, posto que ligavam a monarquia a todas as formas de atraso. Nesse sentido, parte dos intelectuais que integraram a “geração de 1870” passaram a defender a forma republicana de governo como sendo a “tábua de salvação” para o país. Dentre esses, há que se destacar os nomes de Quintino Bocaiúva, Alberto Sales, Tobias Barreto e Júlio de Castilhos.

Uns poucos pensadores foram mais longe. Defenderam mudanças mais profundas. Apontaram para o problema central então vigente: como construir uma ordem liberal com escravidão? Como estabelecer o liberalismo com uma economia centrada na grande propriedade destinada a produção de gêneros agrícolas plantados por mãos escravas e voltados à exportação? Como instituir uma economia industrial diante da predominância brutal do setor agrário? Como permitir a constituição de um mercado interno com terras indisponíveis para pequenos e médios produtores? Como ter acesso a créditos? Enfim, explanava-se de modo claro todos os obstáculos à construção de uma ordem liberal.

Dentre os que se situavam nesta categoria, coube a Joaquim Nabuco um papel especial. Dotado de uma natureza variada e constituída por múltiplas facetas, Nabuco se empenhou em pensar o Brasil formulando um projeto político abrangente e global, o que implicava a realização de uma reforma total da sociedade e do Estado, indispensável para que o país pudesse se tornar uma nação liberal e até mesmo democrática⁵. Ressalte-se, porém, que acreditava que mudanças profundas podiam ser realizadas mantendo-se a forma monárquica de governo.

Nabuco era mais um pensador que vivera imbuído pela missão salvadora. Nessas circunstâncias, vida e obra se interpenetravam e a atividade intelectual se refletia na prática política. Compreender a análise que formulou sobre o Brasil demanda examinar seu projeto político e suas inúmeras atividades públicas: parlamentar, diplomata e jornalista. Por outro lado, deter-se no projeto de transformações que traçou para o Brasil, implica em se debruçar sobre uma das análises mais lúcidas então realizadas acerca do impasse por que passava o Brasil para se constituir como uma nação integrada, moderna, liberal e democrática. Essa análise profunda permitiu a Nabuco formular um dos projetos mais completos para o Brasil Oitocentista.

Nascido e formado num determinado espaço, qual seja: o Brasil da segunda metade do século XIX, país liberto há poucos anos da situação colonial, com uma economia de base agrária e prioritariamente voltada para a produção de gêneros

⁵ Sobre as diferenças entre liberalismo e democracia, ver: BOBBIO, Norberto – *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

destinados ao consumo externo. Com mais da metade de sua população constituída por escravos pretos, que eram os responsáveis pelo funcionamento das atividades econômicas dessa sociedade de natureza senhorial. Governado por uma monarquia de base europeia, o Império do Brasil se caracterizava por ser, sob todos os pontos de vista, híbrido. Vivia com os olhos na Europa e os pés na América do Sul.

Joaquim Nabuco encontra-se entre os integrantes da geração de 1870 que permaneceram fiéis ao modelo liberal. Viveu em meio aos ares positivistas, mas por ele não se deixou impregnar. Abolicionista ferrenho, chegou a se sentir seduzido pela república, mas acabou optando pela forma monárquica. Tomara conhecimento, através de leituras, do modo como funcionava o sistema político inglês, mas apaixonara-se, de fato, pela Inglaterra após sua primeira viagem ao país. Sua preocupação intelectual primordial voltou-se para a reforma da sociedade e do Estado brasileiros.

Almejava o Brasil moderno, integrado, educado e instruído. Queria que houvesse acesso à terra, valorização do sistema fabril, assistência à infância, amparo à velhice, que devia se dar mediante criação de um sistema previdenciário justo e eficaz. Não acreditava ser necessário que a monarquia fosse derrubada para que essas mudanças pudessem ocorrer. Defendia que competia ao imperador o ato da abolição da escravatura, bem como a viabilização das medidas destinadas a empreender as transformações de que o Brasil necessitava. Confiava ser possível convencer a elite econômica de que essas transformações eram fundamentais para o Brasil se tornar um país moderno e que isto beneficiaria a própria elite. Ligava-se a José Bonifácio e a algumas de suas preocupações externadas desde antes da independência, quando o mesmo afirmou:

amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. em um corpo sólido e político.⁶

Mas, antes das ideias, do projeto político e da prática política, uma palavra sobre as origens de Joaquim Nabuco. Nascido a 19 de agosto de 1849, recebeu, como era tradição, o nome do santo do dia: Joaquim. Era filho, tanto pelo lado paterno como pelo materno, de famílias tradicionais. O pai, José Tomás Nabuco de Araújo, nasceu na Bahia em 1813, cedo conviveu com a política da Corte: o avô paterno tomou assento na câmara dos deputados em 1825. A mãe, Ana Benigna de Sá Barreto, pertencia a uma antiga família pernambucana, sobrinha do então poderoso marquês do Recife. Logo após o nascimento do menino, seu pai foi reeleito para a câmara dos deputados, onde tomou assento em janeiro de 1850. Isto significou que a família precisou se mudar para o Rio de Janeiro e diante desse fato, sendo o menino ainda

⁶ Cf. “Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal”, [Lisboa], 30/07/1812, IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191 pasta 4. In *Revista de História*, separata, n.º 55 (1963), São Paulo, pp. 226-227.

tão pequeno, sua mãe achou mais prudente deixá-lo aos cuidados de seus padrinhos: Ana Rosa Falcão de Carvalho e Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho.

Tendo Ana Rosa enviuvado logo a seguir, coube apenas a ela a tarefa de cuidar da educação de Joaquim Nabuco. Foi, portanto, nas terras do engenho Massangana que o menino cresceu, influenciado pelo catolicismo a ele transmitido pela madrinha, pela paisagem dos canaviais, o ruído dos carros de bois, o cheiro das tachas em que se cozia o mel, o rio que atravessava o engenho e que lhe servira para os banhos e as brincadeiras da infância, a pescaria, o pôr do sol: a natureza. O encontro com o significado da escravidão deu-se naqueles primeiros anos da infância, e ali se definiram os rumos para sua vida.

Em 1866, ingressava na Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, São Paulo, mas foi no Recife que terminou seus estudos. Junto aos estudos jurídicos, principiou as atividades jornalísticas. Esses tempos de estudante foram marcados, também, pela redação dos primeiros escritos acerca da escravidão. As reminiscências de Massangana falavam fundo ao seu espírito. Influenciado pela leitura do romance *A Cabana do Pai Tomás*, imaginou ser possível escrever um livro capaz de falar ao coração dos proprietários de escravos, visando tornar odiosa a escravidão. Iniciou o texto em 1869 e planejou-o para conter três partes, mas o então acadêmico deixou-o inacabado.

No livro incompleto, denominado *A Escravidão*⁷, procurou reconstituir a trajetória da escravidão moderna, tendo se centrado no papel representado pelo tráfico de escravos. A segunda parte foi destinada ao que denominou a “História do Crime”. Nabuco procurou analisar a escravidão na Antiguidade – Grécia e Roma. No tocante à escravidão dos modernos, detivera-se na análise do tráfico, afirmando que “a escravidão moderna teve por origem o tráfico de negros”⁸. Concebia o comércio de escravos como fruto da “ganância em sua corrente contagiosa”. Em 1871, Joaquim Nabuco deixava a Academia, tendo colado grau na Faculdade de Direito do Recife.

Além da redação do manuscrito *A Escravidão*, procurou traduzir documentos do *Anti-Slavery Reporter*, enviando-os ao conselheiro Nabuco de Araújo, que teve atuação decisiva na aprovação da Lei do Ventre Livre.

Depois de formado em Direito, regressou ao Rio de Janeiro, onde redigiu artigos no jornal *A Reforma*. Em 1876, recebia, afinal, seu primeiro cargo público, pertencente à área da diplomacia. O barão de Cotegipe foi quem o nomeou adido da legação brasileira em Washington, primeiro degrau na carreira diplomática. Com a morte de seu pai retornou ao Rio de Janeiro, onde se dedicou à carreira política, atendendo assim aos desejos de seu pai. Eleito pela primeira vez deputado em 1878, Joaquim Nabuco iniciaria em 1879 sua atividade política, *stricto sensu*. Informa-nos que seu

⁷ Cf. NABUCO, Joaquim – *A Escravidão*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

⁸ *Ibidem*, p. 76

desejo mais íntimo era permanecer na diplomacia, porém a morte de seu pai, ocorrida em março de 1878, levou-o a entrar na atividade política e partidária.

Esses primeiros tempos de atividade parlamentar foram intensos e neles Nabuco pôde apontar as mazelas brasileiras responsáveis pela incapacidade do país em ser um país liberal e democrático.

O ano de 1879 foi marcado pela discussão de temas importantes, como a imigração dos chineses e a reforma eleitoral. Além desses, o que fora iniciado por Jerônimo Sodré, tendo em Joaquim Nabuco seu mais ardoroso expositor e defensor, qual seja: os meios necessários à promoção do fim da escravatura.

Apesar das discussões não avançarem, Joaquim Nabuco solicitou ao plenário, em agosto de 1880, urgência para apresentar um projeto de lei que tinha por fim definir formas de se extinguir a escravidão. A urgência foi concedida, mas a câmara deliberou que não haveria sessão no dia destinado à apresentação e discussão do projeto. A partir de então, o movimento contrário aos projetos e propostas apresentadas por Joaquim Nabuco tomava proporções ainda maiores. Os deputados questionavam o direito de se levantar esta questão, pois Joaquim Nabuco não tinha sido eleito para esta empreitada.

A defesa da causa abolicionista não podia mesmo encontrar eco na câmara dos deputados e todos aqueles que dela participavam não tiveram seus mandatos renovados na eleição de 1881.

Não reeleito para o parlamento, Nabuco optou por um exílio voluntário em Londres, onde trabalhou como correspondente do *Jornal do Comércio*. Aproveitou esse período para redigir *O Abolicionismo*⁹, texto destinado a tornar a escravidão odiosa perante os próprios senhores de escravos. Nas páginas do livro, reafirmava suas convicções de que a escravidão devia ser considerada uma “escola de desmoralização e inércia, servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores”¹⁰. Definindo ser o abolicionismo a grande causa nacional, recusava-se a vislumbrar o fim da escravidão ocorrendo por meio de uma luta que colocasse, frente a frente, senhores e escravos. Dessa maneira, Joaquim Nabuco se autointitulava possuidor do “mandato da raça negra”, a ele destinado para a condução da luta em defesa da abolição. Através do livro objetivava falar à razão, mas, por vezes, buscava despertar a emoção dos leitores para a causa abolicionista.

Nabuco se empenhou em demonstrar as desvantagens econômicas da manutenção da escravidão. Procurava sensibilizar os grandes senhores ao indicar ser o trabalho livre bem mais lucrativo do que o trabalho escravo a que tanto se aferravam. Argumentos retirados do humanitarismo cristão foram evocados na tentativa de tocar o coração dos senhores para que estes promovessem, espontaneamente, a libertação dos escravos.

⁹ NABUCO, Joaquim – *O Abolicionismo*. 5.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁰ *Ibidem*, p. 27.

Apelava, ainda, à temática dos direitos naturais, dos quais a liberdade era o primeiro. O fato é que os senhores de escravos pouco interesse demonstravam nesses argumentos. Nabuco tentava, ainda, esclarecer o quanto a escravidão se constituía em um grande mal para a sociedade brasileira.

Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos ...¹¹

Defendia ele que a abolição devia ser o primeiro passo na direção da transformação global da sociedade, uma vez que feita a abolição da escravatura restava ainda a eliminação dos males por ela produzidos. Dessa maneira, o abolicionismo pretendia acabar com a escravidão não apenas porque “ela é ilegítima em face do progresso das ideias morais de cooperação e solidariedade”, mas também porque

[esta] arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, tira-lhe a energia e a resolução, rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e de destituição (...)¹²

Nabuco reafirmava ao longo do livro que a escravidão representava uma desobediência aos direitos naturais do homem e um verdadeiro crime contra a humanidade. Ressaltava, ainda, que quanto mais tempo fosse mantida na sociedade brasileira, mais difícil se tornaria a reorganização do país, uma vez que ela era um obstáculo ao seu desenvolvimento político, social e cultural.

Para ele, a escravidão era o “centro de todo o nosso organismo social”¹³ e de um tipo de relação que se estabelecera em virtude do trabalho rural, fazendo com que ela se desdobrasse, tornando-se um “sistema territorial, caracterizado pelo monopólio da terra e pela clausura dos trabalhadores”. A escravidão levou ainda à constituição de uma população livre “miserável e dependente do mesmo grau que o escravo”. Dessa maneira, de “sistema agrícola e territorial, tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte”¹⁴.

A escravidão impedia também que houvesse vida urbana fora das capitais das províncias. Isto porque, estando na grande propriedade a principal atividade econômica do país, pouco espaço existia para o surgimento de núcleos urbanos com atividades

¹¹ *Ibidem*, p. 28.

¹² *Ibidem*, pp. 99-100.

¹³ NABUCO, Joaquim – *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884*. 2.^a ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 30-31.

manufatureiras. O latifúndio era o responsável, também, pela precariedade do mercado interno no Brasil. Dessa forma, os homens livres, porém pobres, viviam na dependência dos favores que lhes eram prestados pelos grandes proprietários. A esse respeito indicava:

uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da Oração dominical: “o pão nosso de cada dia nos dai hoje” têm para ela uma significação concreta e real. (...) trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil...¹⁵.

Diante disso, buscava demonstrar o quanto a escravidão, além de tornar indigna a vida dos escravos, criava as condições para que a população pobre não pudesse progredir. Sendo a lavoura tropical refratária ao trabalho livre, não restava outra saída para a população pobre que não recebia favores de um grande senhor do que migrar para as cidades. Aí vivia em habitações precárias e em condições subumanas. Caso recebessem o consentimento do grande proprietário para edificar suas choças e plantar para subsistência, precisavam se pôr à mercê do grande senhor, aviltando dessa maneira a liberdade de que dispunham.

Nabuco se recusava igualmente a entrar no debate, próprio à época, sobre a apatia ou a tendência do homem pobre à ociosidade. A apatia, por sua vez, não era vista por Nabuco como sendo inerente à natureza do homem pobre do império, mas, sim, como decorrente dos obstáculos existentes para o empreendimento. Ao negar validade a essa argumentação, opunha-se às propostas de estímulo à imigração e defendia a tese de que não havia falta de mão de obra, não sendo, portanto, forçoso se buscar no imigrante os braços para a lavoura. Por outro lado, advertia que o projeto imigratório era nocivo também para o imigrante, uma vez que este não vinha para se tornar proprietário, mas para trabalhar na grande lavoura em substituição ao escravo.

Nessas circunstâncias, escravidão e regime territorial escravista constituíam-se no núcleo dos obstáculos para a construção de um país moderno. A indústria não podia se estabelecer e se desenvolver; o mercado de trabalho livre era insignificante, o mercado interno incipiente; a pequena e a média propriedade não existiam. O Estado, ao cuidar dos interesses privados, descuidava, por sua vez, das questões essenciais ao desenvolvimento nacional, como educação, saúde e sistema previdenciário. O analfabetismo era alto, impedindo a existência de uma imprensa forte e atuante. Ao mesmo tempo, a opinião pública era reduzida e desarticulada.

No tocante à questão educacional, advertia Nabuco:

¹⁵ *Ibidem*, pp. 127-28.

entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está notavelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação. (...) Mas, para fazer o vácuo em torno do jornal e do livro, e de tudo o que pudesse amadurecer antes do tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instituto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar.¹⁶

É importante se registrar uma mudança significativa no tipo de ação política desenvolvida por Nabuco. Nesses meados do decênio de 1880, ele já não mais acreditava que a abolição pudesse ser negociada com os deputados, nem que adviesse por um decreto promulgado pelo imperador. Dessa forma, buscou apoio para a causa abolicionista na população urbana. Queria, por fim, ser eleito contando com uma forte base eleitoral capaz de dar respaldo às suas ações no parlamento destinadas a apressar a abolição da escravidão. Procurava informar a população do Recife que era premente o país se industrializar, pois só assim poderia se inserir de modo mais favorável na economia mundial.

Nabuco assistiu à chegada da abolição e às discussões posteriores acerca dos direitos que possuíam os senhores de escravos a serem indenizados pelo Estado. Assistiu às lutas entre os deputados que integravam o partido liberal, que reivindicava glórias pela lei de abolição, bem como o protesto pelo fato de a referida lei ter sido promulgada por um gabinete conservador. Por fim, presenciou a queda da monarquia e a proclamação da república. Não conseguiu ver consolidado, no entanto, o conjunto de reformas que representariam uma verdadeira revolução, e que eram imprescindíveis para que tivesse início, nesses finais do século XIX, a construção dos alicerces indispensáveis para tornar o Brasil uma nação moderna.

Na medida em que entramos no século XX sem que essas medidas tivessem sido adotadas, adiamos a construção dessa nação moderna, definida pela cidadania universal, por políticas agrárias, educacionais e previdenciárias, por uma economia industrial e um mercado interno forte.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto – *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOBBIO, Norberto – *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BONIFÁCIO, José – “Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal”, [Lisboa], 30/07/1812, IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 191 pasta 4. In *Revista de História*, separata, n.º 55 (1963), São Paulo, pp. 223-238.

COELHO, Maria Luíza de Souza – *A Filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*. Braga: Livraria Cruz, 1958.

¹⁶ *Ibidem*, p. 137.

- CRIPPA, Adolpho (coord.) – *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979.
- DUMONT, Louis – *Homo Hierarchicus*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- GRAHAM, Richard – *Clientelismo e Política no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- HABERMAS, Jürgen – *L'Espace Public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.
- MANNHEIM, Karl – O problema da 'Intelligentsia': um estudo de seu papel no passado e no presente. In *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 69-139.
- MOORE, Barrington – *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NABUCO, Joaquim – *Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. 10.^a ed. Brasília: UNB, 1981.
- NABUCO, Joaquim – *A Escravidão*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.
- NABUCO, Joaquim – *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884*. 2.^a ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.
- NABUCO, Joaquim – *O Abolicionismo*. 5.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio – *As Desventuras do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- PAIM, Antonio – *A Filosofia da Escola do Recife*. 2.^a ed. São Paulo: Convívio, 1981.
- PRADO, Maria Emilia – *Memorial das Desigualdades. O impasse da cidadania no Brasil 1870/1910*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- ROMERO, Sílvio – Discurso de saudação a Euclides da Cunha, no ato de sua posse na Academia Brasileira de Letras. In *Provocações e Debates*. Porto: Liv. Chardron, 1910.
- WILLIAMS, Eric – *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.
- ZEA, Leopoldo – *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976.

